



PEC aplicado às PME tem os dias contados

As micro, pequenas e médias empresas podem passar a pagar um imposto anual único fixo, com base em índices sectoriais, em substituição do PEC e do IRS. Ministério das Finanças está a estudar proposta.

As pequenas e médias empresas (PME) ganharam especial destaque nas últimas legislativas pelo facto de a maioria dos partidos ter defendido medidas especiais para a sua manutenção e crescimento. Por inerência, o Pagamento Especial por Conta (PEC) também ganhou ênfase, já que se trata de um dos impostos que mais penaliza os orçamentos daquele tipo de empresas.

Manuela Ferreira Leite prometeu que, se vencesse as eleições acabaria com o PEC e em jeito de reacção o ainda ministro da Economia e das Finanças, Teixeira dos Santos, assegurou que tal seria "insensato". Mas a verdade é que o grupo de trabalho de política fiscal criado pelo Ministério das Finanças está a avaliar a possibilidade de ser criado um imposto fixo anual, em substituição do IRC e do PEC, a ser aplicado às micro, pequenas e médias empresas. A "Vida Económica" sabe que o Orçamento de Estado para 2010 pode já incluir novidades neste sentido.

Aproveitando o embalo das legislativas, a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) entregou uma proposta que passa pela intenção de os pequenos e médios



Micro, pequenas e médias empresas podem passar a pagar um imposto anual único

hotéis e restaurante passarem a pagar um imposto fixo anual, em substituição do IRC e do PEC. De acordo com aquilo que foi possível apurar, a ideia está a ser avaliada pelo grupo de trabalho de política fiscal do Ministério das Finanças, em articulação com a AHRESP e coordenação a cargo dos professores António Carlos dos Santos e António Martins. O pressuposto passa pela criação de um imposto fixo com base em índices sectoriais.

A "Vida Económica" sabe que a medida está a ser bem recebida e os estudos vão já no sentido de abranger um maior número de micro e pequenas empresas, podendo mesmo a novidade ser implementada no Orçamento de

Estado para 2010, ainda que só fique com aplicação prática em 2011.

"Facilidade da cobrança e da eficácia da máquina"

Para o economista João César das Neves, este projecto tem de ser aplicado em todos os sectores e, neste contexto, as vantagens passam pela "facilidade de cobrança e de eficácia da máquina". O professor universitário salienta que "é fácil calibrar este regime de taxa única para ser progressivo e fica muito mais simples de operar".

Embora considere que estes sistemas "são teoricamente muito eficazes", César das Neves recorda que acabam por falhar porque "a

máquina fiscal não gosta destes impostos, precisamente porque torna redundante o seu pessoal".

Já João Loureiro, economista e docente da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, considera a medida positiva uma que "se passou de uma situação antiga em que, em geral, poucas empresas pagavam impostos, para uma imposição (PEC) se calhar excessivamente penalizadora para determinadas empresas, para, desta feita, se entrar um regime mais equilibrado".

Do seu ponto de vista, "o Governo vai seguir esta ideia até porque lhe será útil em termos políticos e poderá mesmo ter feitos já no Orçamento de Estado para 2010". Outro factor convergente é o facto de "os partidos, pelo menos os de direita, estarem, aparentemente, dispostos a deixar passar esta medida em Assembleia da República".

Para João Loureiro, uma ideia deste género "garante receitas ao Estado, não penaliza excessivamente a actividade económica das PME e os recursos administrativos fiscalizadores ficam disponíveis para investigar as empresas que efectivamente necessitam, que são as grandes", remata.

MARTA ARAÚJO
martaaraujo@vidaeconomica.pt

CTOC salienta que novo sistema poderá trazer "injustiça fiscal"

O presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, Domingues Azevedo, considera "perigoso" a implementação deste sistema. Embora frise desconhecer a proposta, o responsável diz que poderá estar em causa "um regresso às origens dos valores da contabilidade e daquilo que tem sido a política fiscal mais controlada e fiscalizada deste país". Domingues Azevedo advoga que é necessário "definir critérios e o que são, ao certo, as PME em Portugal", para que não se criem situações de "injustiça fiscal".



Domingues Azevedo, presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.